



POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES; E AGORA PROFESSORA (OR) VAMOS FALAR SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA?

Marcos Paulo de Oliveria Sobral¹
Lucyana Sobral de Souza²

Todo preconceito impede a autonomia do (ser humano), ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao se formar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo.

Agnes Heller(1992:59)

O estudo que ora apresentamos surge em decorrência das inquietações que pairam o cotidiano escolar, especificamente a mim na condição de professor que motivado pelo olhar de pesquisador me sentir desejoso em refletir sobre as questões que tratam do gênero e da diversidade no âmbito escolar.

No cenário social brasileiro observamos que diversas e radicais mudanças tem se processado, fator que não pode passar despercebido entre nenhuma instituição, principalmente a escola enquanto locus privilegiado de desenvolvimento de complexas e dinâmicas relações sociais. Tendo a democracia como bandeira e como instituição respeita as diferenças e busca trabalhar conceitos, condutas e práticas sociais que favorecem ao desenvolvimento da sociedade pós-moderna, cresce vertiginosamente assim a responsabilidade da escola e da educação assumir o compromisso do desenvolvimento de ações para que se possam disseminar conhecimentos, condutas e práticas de enfrentamento de toda e qualquer forma de preconceito e de discriminação social, na tentativa de garantir o acesso e à participação qualificada de todos os brasileiros nos diversos espaços, instâncias e esferas sociais. Contraditoriamente é através do discurso homogeneizador do direito, da liberdade e da cidadania que muitas práticas são desenvolvidas com base na lógica da reprodução social da desigualdade, das formas perversas de consecução da opressão e da segregação social.

São muitas as justificativas que fazem da escola um espaço salutar para o desenvolvimento de ações de enfrentamento das desigualdades e das (in) diferenças que dizem respeito à violência, ao proletoismo, e a discriminação quanto à orientação sexual sejam estes gays,lésbicas, bissexuais,

1 Pedagogo, Mestre em Educação pela UFS/2005, Professor da Educação Básica da Rede Municipal de Educação de Aracaju/Se e Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes/SE. E-mail: prof.marcos.sobral@hotmail.com

2 Lucyana Sobral de Souza, Pedagoga, Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior, Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Aracaju/SE e Professora do curso de Pedagogia Ead da Universidade Tiradentes/SE. E-mail: lucyosobral@yahoo.com.br



travestis e transsexuais. Sendo a escola esse espaço marcante para o desenvolvimento de ações que fomentem a construção de uma postura e de uma construção crítica e cidadã no desenrolar de práticas sociais delineadas pelo respeito, pela diversidade e em consonância com os direitos humanos.

As questões acima apontadas por si só já denotam a importância de que se torna imprescindível o desenvolvimento de ações que subsidiem a formação inicial e continuada dos profissionais da educação para o enfrentamento das adversidades quanto ao desenvolvimento de diretrizes, orientações pedagógicas, de mecanismos e instrumentais que possam instituir uma cultura de respeito à diversidade e a pluralidade cultural, de orientação sexual, de alteridade de gênero. Paralelo a isso, torna-se também necessário o fomento para a disseminação dos estudos e pesquisas na escola e sobre a escola tratando dos temas supracitados.

O anseio por conseguirmos uma sociedade e uma escola mais justa, solidária, isenta de preconceitos e discriminação, requer que consigamos identificar e analisar as fragilidades e dificuldades que enfrentamos para realizarmos a promoção dos direitos humanos e de forma especial condições teórico-práticas para a problematização, desestabilização e subversão das práticas de exclusão e discriminação social que sofrem aqueles que apresentem comportamento social (sexual) diferente do pré-estabelecido com adequado socialmente.

È nesse processo de enfrentamento e de busca de um protagonismo via espaço escolar que identificamos que atitudes de preconceito e violência permeiam o tecido social via conceitos cristalizados de sexismo, racismo e homofobia que surgem velados em muitas de nossas ações e intencionalidades o que em muitas circunstâncias promovem a perpetuação da desigualdade e da opressão, é como se regulamentássemos o preconceito via a “boa vontade” dos educadores que se encorajam a um agir comunicativo sobre tão complexas questões.

A partir do momento que as escolas, a educação e os professores se permitam ensinar o respeito às diferenças, mostrar que podem ocorrer variadas formas de ser sujeito, homem ou mulher, diferentes maneiras de amara e de ser amado, de se ter prazer, e que não existe uma única forma de se denominar a sexualidade, e de outras varias formas de configuração familiar, ocorrerá como descreve Britzman (1996,p.71):

Se a educação e as pedagogias que ela oferece puderem “navegar as fronteiras culturais” do sexo e se puderem fazê-lo de forma a problematizar e a pluralizar, parte de nosso trabalho, então, deve consistir em repensar a representação e os discursos da identidade, do conhecimento e do poder cultural que circulam nas escolas e no interior do aparato saber/poder. Isso significa construir pedagogias que envolvam todas as pessoas e que possibilitem que haja menos discursos normalizadores dos corpos, dos gêneros, das relações sociais, da afetividade e do amor.



Para além do caráter salvacionista ao qual a escola costuma ser adjetivada, cabe resguardar que o papel da escola seja compreendido tendo-se o sentido de que muitas de nossas boas ações pedagógicas apostamos nossas ações a serviço do sistema social vigente de conduta sexista e heterossexista de dominação ao qual que sem se dar conta, acabamos por reproduzir.

Os estudos de Bourdieu e Passeron já apontavam para o cuidado que devermos ter em relação as visões míticas acerca do papel revolucionário e transformador da escola. Somo sabedores que ao longo de sua trajetória a escola tem servido para juntamente com a transmissão de conteúdos continuarmos a reproduzir normas, condutas e padrões sociais, consolidando a perpetuação das concepções, valores, clivagens sociais e da identidade dos sujeitos, pela forma disciplinadora como a escola tem construído sua prática social. A escola tornou-se um espaço de discriminação, preconceitos e opressão, girando em seu entorno práticas de violência, subjulgação, exclusão de inúmeros(as) crianças, adolescentes, jovens e adultos que encontram-se em situações de vulnerabilidade social. É neste espaço que se intuíu formas perversas de diminuição do outro, daquele que foge ao padrão instituído, daquela que de alguma forma, se comporta, age, fala, se veste e pensa diferente dos demais, em decorrência da heteronormatividade conforme nos explica Warner(1993), sendo todas as formas de violação justificadas pelos indicadores de ordem, saúde e exemplo de pessoa a ser seguida, ou seja o sujeito adulto, masculino, branco heterossexual, burguês, físico e intelectualmentetido como normal. Nesse sentido LOURO(2004,p.27) nos esclarecer ao explicitar que:

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem sexo/gênero/sexualidade serão tomadas como umaminoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam.

Neste contexto, de mudanças e novas demandas sociais no que diz respeito aos direitos humanos, à liberdade de livre expressão e ao exercício da cidadania, foi no ano de 2004 lançado pelo governo federal o Programa Brasil sem Homofobia com o intuito de se iniciar um trabalho de sensibilização e disseminação de políticas que buscassem o enfrentamento das questões inerentes à homofobia, tendo como perspectiva o desejo de efetivar uma prática educativa e democrática que não pode deixar de lado as categorias pluralidade e equidade. Uma vez que a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais não surtiu o efeito esperado quanto à disseminação dos temas transversais entre o professorado brasileiro, inclusive o que versava sobre a temática de “pluralidade e diversidade cultural”, acreditamos que em decorrência da forma como o documento institucional emanado pelo Ministério da Educação chegou até as escolas e os encaminhamentos



dados nos cursos de formação de professores sejam estes de formação inicial e ou continuada. Se verificarmos a pesquisa desenvolvida pela Unesco no ano de 2002 intitulada de “Perfil dos Professores Brasileiros”, desenvolvida em todas as unidades da federação, podemos verificar que do universo pesquisado, 59,7% afirmam que é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles não desejam ter vizinhos homossexuais. É a partir de dados como estes que nos preocupamos sobre os encaminhamentos que os professores da Rede Municipal de Aracaju tem tomados na resolução dos conflitos escolares envolvendo as questões que tratam do gênero e da diversidade sociocultural na escola. Pois, para além da indiferença e do preconceito, a difusão da negligência a invisibilidade a que estão submetidos os alunos e alunas que tenham comportamentos que não se enquadram no formato “convencional”, “aceitável” e “reconhecido” socialmente.

Conforme observa Guacira Lopes Louro, os indicadores acima listados corroboram para que a escola seja,

[...] sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 1999, p.30)

Evidencia-se assim, que qualquer variação de comportamento, de identidade religiosa, sexual, moral ou ideológica que cause estranhamento ao modelo operante nos espaços sociais como adequados geram estranhamento e sentimento de repulsa entre os pares do grupo social de onde o sujeito possa fazer parte.

A partir do nosso conhecimento de tal pesquisa nos sentimos motivados em perceber no nosso campo de atuação qual seriam os indicadores encontrados como resultado das experiências e dos discursos apresentados por colegas professores na resolução dos conflitos escolares entre as crianças, os adolescentes e os jovens e adultos inseridos no espaço de socialização escolar.

Em função do Programa Nacional de Formação de Professores – Plataforma Freire, buscamos perceber quantos professores fizeram opção por realizar o curso de formação continuada desenvolvido pelo Ministério da Educação, denominado de Gênero e Diversidade nas Escolas. Depois de verificado que do total de escolas que integram a rede municipal de educação apenas dois professores participantes do programa Horas de Estudo, fizeram a opção por acatar a temática de gênero e diversidade como um tema importante e de relevância para a formação continuada de seus professores, optamos por verificar junto ao universo de professores que frequentam o Programa



Horas de estudo desenvolvido pela Rede Municipal de Educação de Aracaju, por buscar saber se os trinta e cinco professores do referido programa tinham conhecimento dos cursos oferecidos pela Plataforma Freire e dois destes haviam selecionado o Curso Gênero e Diversidade na Escola e qual o motivo que o havia influenciado pela escolha. Dos trinta e cinco questionários aplicados foram devonvidos o total de vinte e três formulários de resposta. Destes fizemos entrevistas com cinco dos respondentes, dentre os quais podemos verificar em suas respostas enfrentar com alguma frequência situações difíceis no trato com os alunos quanto a questões de discriminação, preconceito e viol~encia em função de comportamentos de alguns alunos para com aqueles que são excluídos por sua postura, orientação sexual, raça, e etnia, gêneros e etc. Nos depoimentos podemos notar que alguns falam com certa estranheza e comentam da dificuldade de trabalhar tais questões no cotidiano escolar, pois podem ser entendidos como que condizentes e estimuladores de comportamentos que não são aceitáveis socialmente. Também é notável a presença de discursos e práticas de professores que por iniciativa, conhecimento e sensibilidade sentem-se na obrigação de agir na educação dos alunos para que seja desenvolvidas atitudes de respeito, solidariedade, inclusão, respeito, e valorização das diferenças.

È preciso não perder de cena a idéia de que a escola deve ser um lugar de inclusão e respeito da diversidade, muitas vezes tem sua função deturpada. Quais os papéis da escola então? Seria de polícia, igreja e ou tribunal? Diante dos desafios e das novas demandas sociais que se aprensetma as instituições sociais inclusive a escola, uma das principais funções da escola é promover o desenvolvimento das pessoas pra que estas possam conviver com as diferenças através dos sentimentos de solidariedade, fraternidade, igualdade de direitos, valorização do coletivo e garantindo o acesso a informação a ao conhecimento, elementos indispensáveis para que os alunos, possam construir sua cidadania.

Nessa ótica do papel que a escola possui de transmissão da cultura e sem negar a importância que no interior da cultura que as características físicas possuem e são avaliadas como mais ou menos importantes ou como mais ou menos significativas para a composição dos conceitos de gênero, sexo, raça, religião e etc. com isso não afirmamos que negamos a amterilaidade dos corpos, mais que esa importância só ganha sentido na materialidade dos corpos que é fomentado pela cultura.

“sobre os significados que, neste momento e nesta cultura, estão sendo atribuídos a uma dada aparência corporal;(...) indagar sobre os processos históricos e culturais que possibilitaram que determinadas características se tornassem tão especiais; sobre os processos que permitiram, finalmente, que certas características passassem a “valer mais” do que outras. Porque, no fundo, é disso que se trata.(LOURO, 2000,p.62)



Conforme nos esclarece Louro, a imagem corporal decorre da formação de um referencial social e cultural que temos do nosso corpo e da nossa imagem, quem nem sempre corresponde com o real, muitas das vezes é construída tendo em vista um imaginário desejável socialmente. O processo de edificação da imagem corporal pode ser favorecido pela auto-estima quando os processos educacionais de mediação social, marcam incisivamente a perspectiva de aceitação, pelo respeito, carinho e afetividade em relação ao corpo e a imagem de determinados sujeitos.

Por fim, cabe-nos o questionamento de qual sociedade nos queremos e o que a escola deseja formar. Pois, os questionamentos envolvendo a sexualidade, a deficiência, a questão de gênero, de raça, de etnia, de credo religioso e etc, vem carregado de implicações de ordem histórica e social.

Acreditamos que é tarefa de todos nós agentes sociais que acreditamos e apostamos numa sociedade democrática, dos que ousam e se colocam a pensar e refletir sobre as políticas públicas no campo do gênero e da diversidade cultural na manifestação da sexualidade, das ideologias, das posturas e condutas que no cenário de uma sociedade que se diz democrática e inclusiva são discriminadas e até banidas, urge uma ação de contra-ataque para evitarmos que se institua uma moral sobre as práticas de violência, discriminação e preconceito inerentes aos padrões que reforçam a discriminação e obstaculizam a inclusão social.

Nós queremos qual educação? que práticas socializadoras propagamos? É vital compreendermos que os sujeitos não participam dos processos de produção como meros espectadores, incorporados por instâncias externas e manipulados por orientações alheias. Seja na escola ou na vida, temos pessoas e personagens que de forma simplista e ingenua incorporam aos papéis construídos socialmente. No geral, fica evidente que muitas pessoas resistem às imposições e às implicações das hegemonias. No desejo é que a escola, a educação e a sociedade tornem-se menos sexistas, menos racistas e menos homofóbicas. Vamos todos, pensar e refletir na escola que está por vir!

Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: Unesco, 2004.

BRITZMAN, Deborah. *O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.21, n.1, p.71-96, jan./jul.1996.

BORRILLO, Daniel. O indivíduo homossexual, o casal de mesmo sexo e as famílias homoparentais: análise da realidade jurídica francesa no contexto internacional, 2005. Disponível em: www.mundojuridico.adv.br/cgi-bin/upload/texto891.rtf, Acesso em 15/01/2010.



BOURDIEU, Pierre;PASSERON Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982(ed.or.:1970)

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

CASTELL, Manuel. *O poder da Identidade*. São Paulo:Paz e Terra, 1999 (ed.or.:1996)

LOURO, Guacira Lopes(org.) *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista de Estudos Feministas*, Riode Janeiro, 2.sem.,v9,n.2,2001.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Autêntica: Belo Horizonte, 2004.

ROSEMBERG, Flúvia. *Caminhos cruzados: educação,mulher e gênero na pesquisa acadêmica*. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1, jan./jul 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O sujeito da educação:estudos focaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____;HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

UNESCO. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...*São Paulo:Moderna 2004.